

Sítios Históricos e Centros Urbanos

JEANINE MAFRA MIGLIORINI

(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Sítios Históricos e Centros Urbanos

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S623	Sítios históricos e centros urbanos [recurso eletrônico] / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-85107-38-3 DOI 10.22533/at.ed.383182609 1. Arquitetura – Conservação e restauração. 2. Patrimônio cultural – Proteção. I. Migliorini, Jeanine Mafra. II. Título. CDD 720.288
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Patrimônio pode ser entendido como algo de valor, que merece cuidado e exige atenção para que se mantenha. Esta definição deve ser aplicável ao patrimônio econômico e ao cultural. Então por que é tão difícil a compreensão da necessidade do cuidado com o patrimônio cultural? O patrimônio cultural possui um valor intangível, e por isso é tão difícil mensurar sua importância. É necessário fazer perceber que valorizar o patrimônio cultural é respeitar nosso ser social, no contexto e entorno.

Entretanto a discussão sobre o patrimônio é abrangente e delicada, uma vez que muitas vezes interfere em bens particulares, que possuem valor para a sociedade, essa é uma das grandes polêmicas que envolvem este assunto. Isto nos leva a mais um questionamento: o que deve ser preservado? Esta é uma resposta que cabe aos especialistas, que analisam um contexto, deixando de lado interesses pessoais, uma vez que deve prevalecer o interesse comunitário. Estes pareceres são técnicos, e não poderiam ser alterados por poderes políticos: eis aqui mais uma questão delicada referente ao patrimônio.

Em meio à tantas contendas devemos refletir sobre a necessidade de interferência do poder público, para a conservação de nossa história, de nossos bens materiais e imateriais, culturais e naturais. Não deveria ser intrínseco ao ser humano a necessidade de cultivar nossa história, nossos bens comuns? Lanço mais um questionamento: o poder público, responsável pela árdua tarefa de classificar, atender, vigiar e punir, se necessário, o descaso com nosso patrimônio, realmente está cumprindo seu papel? Ainda: tem interesse em cumprir esse papel?

A cultura é inerente ao ser humano, e sua importância deveria ser inquestionável, mas o que vemos atualmente é um grande descaso, gerando graves consequências para cada um de nós e para todos nós. Estes são alguns dos pontos que justificam a necessidade crescente de discutir, estudar, analisar e cuidar dos nossos tão preciosos patrimônios. Como isso é possível? Enumero algumas ações possíveis discutidas neste livro.

Incentivar a restauração de bens em estado de degradação, esta feita por profissionais qualificados, que podem conduzir o processo com competência e qualidade, e para isso existem leis, uma vez conhecidas podem ser cobradas por todos. Por isso o conhecimento sobre o patrimônio, sobre sua importância é tão fundamental.

Outra ação possível, que vai ao encontro desta, é a criação de rotas patrimoniais, para que chegue até o público o conhecimento, a vivência, a experiência. As temáticas para desenvolver este trabalho são vastas, basta interesse. O que nos leva à mais uma ação: a gestão patrimonial, quer seja pública ou privada. Deve ser exercida para uma manutenção apropriada dos bens. Para que isso ocorra é necessário que se criem ou se exerçam políticas patrimoniais. Através delas pode, ou não, ser incentivado o cuidado, a valorização e até mesmo a percepção acerca do patrimônio, por parte da população.

Em meio a tudo isso o tema que acredito ser a base para que todo este cenário ocorra: a educação patrimonial, que dá subsídios para que as outras ações ocorram, é o conhecimento que permite a apropriação, o desenvolvimento do sentimento de pertença, e conseqüente valorização do patrimônio.

É um caminho de muitas pedras, mas que deve ser iniciado com determinação, por aqueles que são os disseminadores dessas ações. Este livro é um desses passos de reconhecimento desta caminhada.

Boa leitura e engaje-se nesta luta!

Prof.^a Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO MOTIVADORA DO AUTO RECONHECIMENTO HISTÓRICO DO INDIVÍDUO SOCIAL CACERENSE	
<i>Thais Lara Pinto de Arruda</i> <i>Rafael Leandro Rodrigues dos Santos</i> <i>Veruska Pobikrowska Tardivo</i>	
CAPÍTULO 2	16
OLHARES SOBRE O BAIRRO LAGOINHA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, IMAGENS COTIDIANO E MEMÓRIAS	
<i>Loque Arcanjo Júnior</i> <i>André Luiz Rocha Mattos Caviola</i>	
CAPÍTULO 3	28
A UFBA NA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: UMA TRAJETÓRIA PIONEIRA NA PESQUISA E NA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL PARA A RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS.	
<i>Renata Lucena Gribel</i>	
CAPÍTULO 4	40
A CIDADE FICOU VELHA? ENTRE POLÍTICA PATRIMONIAL E A PERCEPÇÃO DE PATRIMÔNIO DOS MORADORES DO BAIRRO DA CIDADE VELHA, BELÉM, PARÁ	
<i>Sabrina Campos Costa</i> <i>Edgar Monteiro Chagas Junior</i>	
CAPÍTULO 5	52
REFLEXÕES E POSSIBILIDADES ACERCA DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO CONTEXTO DE UM ARRAIAL DE MINERAÇÃO DO SÉCULO XVIII	
<i>Lucas de Paula Souza Trancoso</i>	
CAPÍTULO 6	68
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE RISCOS PARA MUSEUS LOCALIZADOS EM ÁREAS REMOTAS	
<i>Micheli Martins Afonso</i> <i>Karen Velleda Caldas</i> <i>Juliane Conceição Primon Serres</i>	
CAPÍTULO 7	77
O IMPACTO DAS INUNDAÇÕES SOBRE ALVENARIAS HISTÓRICAS EM TIJOLO CERÂMICO: A DESTRUIÇÃO GRADATIVA DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA [ES]	
<i>Luciana da Silva Florenzano</i> <i>Renata Hermann de Almeida</i>	
CAPÍTULO 8	93
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE BIOTÉCNICAS NA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ENCOSTAS NOS QUINTAIS DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA	
<i>Clodomir Barros Pereira Junior</i> <i>André Cardim Aguiar</i>	

CAPÍTULO 9	109
JARDINS DE BURLE MARX: UM PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO MODERNO A SER PRESERVADO NA CIDADE DE TERESINA/PI	
<i>Emanuelle de Aragão Arrais</i> <i>Ana Virgínia Alvarenga Andrade</i> <i>Ana Cristina Claudino de Melo</i>	
CAPÍTULO 10	119
O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL BRASILEIRO: REFLEXÕES À MEMÓRIA E HISTÓRIA DO SÉCULO XX	
<i>Ronaldo André Rodrigues da Silva</i>	
CAPÍTULO 11	135
FORTIFICAÇÃO E HUMANIDADE	
<i>Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque</i> <i>Veleda Christina Lucena de Albuquerque</i>	
CAPÍTULO 12	148
ENTRE A HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL: O PAPEL DO RECONSTRUIR SIMBÓLICO DA FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO	
<i>Elis Regina Barbosa Angelo</i>	
CAPÍTULO 13	160
A ROTA PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO: PROPOSTA EM CONCEIÇÃO DA BARRA/ES	
<i>Maísa Fávero Costa</i>	
CAPÍTULO 14	173
PAISAGENS DA MEMÓRIA: INFORMAR PARA PRESERVAR	
<i>Paulo José Lisboa Nobre</i> <i>Isaías da Silva Ribeiro</i>	
CAPÍTULO 15	187
A LEGITIMAÇÃO DA HISTÓRIA DA ARTE POR MEIO DA PINTURA MURAL	
<i>Larissa Gabe</i> <i>Mariela Camargo Masutti</i> <i>Maria Aparecida Santana Camargo</i>	
CAPÍTULO 16	198
A COR NAS SUPERFÍCIES ARQUITETÔNICAS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S ^ª DA CONCEIÇÃO DOS PARDOS DE LARANJEIRAS SE/BR	
<i>Eder Donizeti da Silva</i> <i>Adriana Dantas Nogueira</i>	

CAPÍTULO 17 214

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO CONFORTO E FUNCIONALIDADE DAS EDIFICAÇÕES MODERNISTAS DE FORTALEZA

Rebecca Campos Leite Alencar

Isabelle Mendonça de Carvalho

Thaís Rebouças Vidal

Amando Candeira Costa Filho

CAPÍTULO 18 225

A RECONSTRUÇÃO E SUA EVOLUÇÃO NO MEIO PATRIMONIAL: DAS RUÍNAS AO MUSEU DE VARSÓVIA

Daniel de Almeida Moratori

CAPÍTULO 19 240

REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA EM OURO PRETO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO XX: RECONHECIMENTO E PRESERVAÇÃO

Patrícia Thomé Junqueira Schettino

Fernanda Alves de Brito Bueno

SOBRE A ORGANIZADORA..... 258

O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL BRASILEIRO: REFLEXÕES À MEMÓRIA E HISTÓRIA DO SÉCULO XX

Ronaldo André Rodrigues da Silva

PUC Minas (Brasil) – TICCIH-Brasil – ICOMOS-
Brasil – APPI TICCIH-Portugal
Belo Horizonte – Minas Gerais

RESUMO: O patrimônio industrial compreende uma relevante questão a ser desenvolvida no campo do patrimônio cultural que se encontra sustentada pela diversificação e ampliação do conceito de patrimônio desde a última década do século XX. Seu desenvolvimento ocorre desde o final do século XIX e, principalmente, ao longo da segunda metade do século XX a partir da qual se constrói um questionamento com relação ao resgate à memória e à história social sob a perspectiva da memória e história econômica. A partir dos conceitos desenvolvidos por órgãos internacionais (UNESCO, ONU, ICOMOS) acerca do patrimônio industrial e da arqueologia industrial tem-se a construção de uma dimensão mais elaborada sobre a importância e os significados de elementos industriais como composição da diversidade do patrimônio cultural. As reflexões determinam um questionamento acerca do papel, da atuação e do lugar de diferentes grupos de preservação do patrimônio e da cultura com relação à diversidade dos elementos que compõem o patrimônio industrial no Brasil e no mundo. Tais considerações determinam

elementos de identidade social com múltiplas formas de manifestação seja da cultura material ou imaterial, constituídas não somente pela centralidade da relação capital-trabalho, mas pelo binômio sociedade-cultura. Por fim, uma reflexão acerca da necessária interpretação do patrimônio industrial que sobrepuja o pensamento simplista da produção manufatureira e se compõe sob diferentes formas de manifestação e uma complexa perspectiva e interpretação.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio industrial; patrimônio cultural; história social, arqueologia industrial.

ABSTRACT: The industrial heritage includes an important issue to be developed in the field of cultural heritage that is sustained by the diversification and expansion of the concept of heritage since the last decade of the 20th century. Its development has taken place since the end of the 19th century and, especially, throughout the second half of the 20th century, from which a questioning about the rescue of memory and social history from the perspective of memory and economic history is built. From the concepts developed by international organisms (UNESCO, ONU, ICOMOS) about industrial heritage and industrial archeology, the construction of a more elaborate dimension have the importance and meanings of industrial

elements as a composition of the diversity of cultural heritage. These reflections determine a question about the role, performance and place of different groups of heritage and culture preservation in relation to the diversity of the elements that compose the industrial heritage in Brazil and World. Such considerations determine elements of social identity with multiple forms of manifestation whether of material or immaterial culture, constituted not only by the centrality of the capital-labor relationship, but also by the society-culture binomial. Finally, a reflection is necessary for interpretation of the industrial heritage that surpasses the simplistic thinking of the manufacturing production and is composed under different forms of manifestation and a complex perspective and interpretation.

KEYWORDS: industrial heritage; cultural heritage; social history, industrial archeology.

1 | INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural apresenta dentre as suas formas de expressão uma complexidade de representações e significados que, muitas vezes, não se encontram presentes no imaginário das pessoas. Entretanto, de alguma maneira, fazem parte da identidade de pessoas, grupos, comunidades e podem ser percebidas no cotidiano. Uma das quais se encontra esquecida, e porque não negligenciada, pela sociedade a partir de suas diversas formas de representação, compreende o patrimônio industrial.

Uma relevante questão a ser desenvolvida no campo do patrimônio cultural encontra-se sustentada pela sua diversificação e ampliação do conceito desde a última década do século XX. A necessidade em reconhecer diferentes campos do conhecimento como elementos de formação do patrimônio em geral determina um olhar panóptico o qual vislumbra “novas” áreas de interesse além das tradicionais “belas artes”.

Surge assim, dentre diferentes conteúdos o campo do patrimônio industrial, que no Brasil tem seu maior desenvolvimento ao final do século XIX, mas principalmente ao longo do século XX, em função, em parte, dos processos de independência territorial e de complexificação econômica e social. O surgimento de uma sociedade industrial, em decorrência dos processos migratórios do início do século XX, das políticas para a construção de uma economia independente e a necessidade de desenvolvimento de infraestrutura e urbana determina o progresso da sociedade brasileira que tem por reflexo a construção de uma memória social relacionada às condições econômicas. Uma possível interpretação dos campos que abarcam os estudos de patrimônio cultural corresponde à interdependência entre os conceitos de história, memória e cultura e se constitui segundo a inter-relação de fatores da complexidade e interdisciplinaridade dos diferentes e atuais conceitos de patrimônio cultural.

Com isso, tem-se dentre as formas de representação do patrimônio cultural aquelas relacionados aos processos de industrialização, percebidas como parte de uma cultura que determina e se influencia a partir de fatores sociais e não simplesmente

os econômicos. Constrói-se, assim, uma identidade entre indivíduos, empresa e sociedade que se compõe de variáveis que envolvem trabalhadores, grupos laborais e Instituição, como referência aos elementos individuais, de família e sociais em que se mesclam a história e a memória, a cultura e o patrimônio.

Além destas considerações, é necessário o reconhecimento dos órgãos preservacionistas quanto ao conceito de patrimônio industrial que se constrói tardiamente, pois ocorre somente a partir da Carta de Nizhny Tagil, em 2003, ao final da Conferência Mundial do TICCIH (*The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*), vinculado ao ICOMOS (*International Council on Monuments and Sites*). Ela contém características que remetem às principais referências documentais relacionadas à preservação e à conservação (as Cartas de Atenas, Veneza, do Restauo, de Paris, de Amsterdam, dentre outras). A partir das diretrizes definidas no encontro define-se como temas relevantes para atuação aqueles relacionados ao “Patrimônio Industrial e Transformação Urbana” (*Industrial heritage and urban transformation*) e às “Áreas Produtivas e Paisagens Industriais” e (*Productive areas and industrial landscapes*).

Nesse contexto, constrói-se o questionamento com relação ao resgate da memória e história social brasileira durante o último século, o século XX, em decorrência das múltiplas transformações da sociedade, dentre as quais se desconsideram as questões relacionadas com a memória e a história econômica e empresarial no que tange à construção de uma correlacionada memória e história social.

A partir dos conceitos desenvolvidos por órgãos internacionais acerca do patrimônio industrial e da composição de seu arcabouço tem-se uma dimensão mais elaborada de sua importância e significados como elemento de composição do patrimônio cultural. Para compreendê-lo torna-se necessário identificá-lo em suas complexas formas de expressão, bem como estabelecer as inter-relações com outros campos essenciais a sua compreensão, desde a sociologia, antropologia, história e geografia, nas ciências humanas à arquitetura e engenharias, nas ciências exatas.

Essas reflexões determinam um questionamento do papel, da atuação e do lugar de diferentes grupos de preservação do patrimônio e da cultura nacionais com relação aos diferentes elementos que compõem o patrimônio industrial brasileiro. Tais considerações podem ser feitas com relação a elementos de identidade social que compunham diferentes sociedades no século XX, segundo as múltiplas formas de manifestação da cultura material que se constituía não na centralidade da relação capital-trabalho, mas no binômio sociedade-cultura. Uma necessária interpretação do patrimônio industrial brasileiro sobrepuja o pensamento simplista da produção manufatureira e se compõe de diferentes formas de manifestação do patrimônio cultural material e imaterial sob uma complexa perspectiva e interpretação.

2 | PATRIMÔNIO CULTURAL INDUSTRIAL: ALGUMAS REFLEXÕES

A necessária consideração acerca as relações entre os conceitos de patrimônio cultural e indústria se revela na necessidade de entendimento amplo de sua abrangência, seja por identificar aqueles elementos reconhecidos ou preservados, bem como um grande número os quais são desconhecidos ou esquecidos. Os diversos contextos em que se encontram e suas múltiplas formas de representatividade determinam uma atuação diferenciada e diferentes maneiras de interpretação de suas formas de manifestação, sejam por indivíduos, organizações ou grupos sociais envolvidos e mesmo pelas relações entre a memória e a história pessoal ou coletiva, pública ou privada. Reafirma-se, então, que tal patrimônio compreende tanto um fator de desenvolvimento social e urbano como um elemento que determina e compõe uma identidade pessoal e social.

Percebe-se, assim, que o conceito de patrimônio cultural tem sido ampliado, sendo agregada ao conceito tradicional a patrimonialidade material e imaterial e pensadas a natureza e a diversidade como fatores preponderantes ao seu conteúdo. Tais fatores determinam, nos últimos anos, uma ampliação do conceito que engloba as ciências humanas, já tradicionalmente inscritas em suas definições, como as exatas (patrimônio tecnológico e material) e as da saúde e biológicas (patrimônio genético). Além das novas formas de ‘pensar’ o patrimônio emergem com maior intensidade o patrimônio imaterial e o patrimônio intangível (Abreu e Chagas, 2003).

O conceito de patrimônio cultural imaterial tem sido desenvolvido pelos órgãos brasileiros, em especial o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que privilegia as diferentes formas de manifestação do patrimônio cultural imaterial brasileiro o qual se compõe de uma diversificada gama de elementos patrimoniais, dentre eles o patrimônio industrial. Um dos instrumentos utilizados para avaliação e preservação, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 17 de outubro de 2003, apresenta uma preocupação especial com o conhecimento transmitido de maneira geracional que é promovido por diferentes grupos sociais que buscam uma a interação contínua entre ambiente, natureza e história, a partir da identidade e contribuem para a promoção e respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (IPHAN, 2006, s/d).

Exemplos desta preocupação consistem no tombamento do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo ou os remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema (Iperó, SP) que se apresentam como ‘casos isolados’ no que se refere à preservação do patrimônio industrial – material ou imaterial – no Brasil, pois uma preocupação com o patrimônio imaterial e urbano atrelado ao patrimônio industrial tem tido pouca atenção. Alguns casos podem ser apresentados segundo iniciativas isoladas, públicas ou privadas, em que se tem uma concentração na preocupação com o patrimônio histórico e industrial. Entretanto, em muitos casos, a questão centra-se nos elementos materiais e não se ressalta a importância do estudo das variáveis

humanas e sociais implicadas no processo de construção da história industrial.

Para uma ampliação quantitativa e qualitativa de elementos valorizados de um patrimônio cultural, Castriota (2009), parte da compreensão do conceito segundo a necessidade de desconstrução e reconstrução dos parâmetros até então utilizados e o desenvolvimento de novos olhares para sua abrangência. A inclusão de aspectos que envolvam a identidade e a identificação dos grupos sociais às questões patrimoniais requer uma avaliação de fatores como tradição, costumes e mudanças sociais. A interferência destes fatores à percepção e entendimento da memória e história dos lugares se relaciona às características da própria comunidade analisada em que se inserem e que os delimita, assim como há a delimitação de uma identidade social própria do lugar. Além desses fatores, as diferentes relações com o tempo e o espaço determinam as diferentes percepções entre as tradições existentes e sua importância para a construção das diversas identidades – individuais e coletivas. Os novos modelos patrimoniais e culturais redefinem essas identidades e levam a uma identificação que tende a contribuir para uma nova relação entre passado-presente-futuro, entre memória-história e entre indivíduo-coletividade.

A inclusão de parâmetros ‘novos’ ao conceito de patrimônio tem procurado aproximar ainda mais os temas correlacionados e considerados essenciais à memória e à história de lugares e grupos sociais. Algumas questões como a monumentalidade, a particularidade e a identidade têm sido redefinidas ou reconstruídas segundo o entendimento de diversos grupos, envolvidos direta ou indiretamente, que se consideram responsáveis pela preservação e conservação de determinado patrimônio, mas principalmente por sua memória e identidade, seja individual ou coletiva. Com tais referências reconstruídas, as oportunidades para se discutir e incluir o patrimônio industrial dentre aqueles considerados como patrimônios culturais têm permitido amplas discussões (Chuva e Nogueira, 2012).

A preocupação com o patrimônio imaterial e urbano atrelado ao patrimônio industrial pode igualmente ser observada em alguns casos que se apresentam a partir de iniciativas públicas ou privadas e tem permitido uma crescente preocupação com o patrimônio histórico e industrial, como por exemplo, iniciativas para tombamento e conservação de exemplos materiais (caixas d’água, fábricas, engenhos, instalações e complexos indústrias, usinas, dentre outros) e registros de saber e fazer (Paneleiras de Goiabeiras, Sineiros de Minas, Artesãos do Queijo Canastra etc.). Enfim, a compreensão do patrimônio cultural contemporâneo exige uma análise de um conjunto de temas que se compõem a partir de formação crítica pessoal, social e acadêmica. A necessidade de participação de diversos grupos sociais e de um entendimento holístico da abrangência leva a uma percepção segundo a qual o indivíduo compreende o elemento central de valorização e preservação do patrimônio (Funari e Pelegrini, 2006; Funari, 2007).

A importância social da memória (individual e coletiva) e da história (pessoal e social) define reflexões quanto ao contexto e valorização, conservação e preservação do patrimônio. Uma análise das políticas adotadas, dos conceitos utilizados e das

formas de apropriação do conjunto patrimonial varia conforme o tempo e o espaço. No Brasil, tal percepção tem-se modificado e alinhado à percepção mundial em que se adota um complexo contexto para a área e conseqüentemente a percepção desse patrimônio pela sociedade, seja ela local, regional, nacional ou internacional.

3 | O PATRIMÔNIO E A ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

As ideias relacionadas aos elementos industriais a partir da óptica patrimonial e como evidências de uma cultura não se apresentavam manifestadas até o final do século XVIII, seja para objetos mecânicos, planos industriais, documentos etc. Como referência, pode-se tomar a criação, em 1794 do Conservatório de Arts et Métiers, como o primeiro museu técnico do mundo. Até então, os edifícios industriais (e seu entorno) não foram objeto de interesse patrimonial até meados do século XX.

As origens do conceito de patrimônio industrial remontam aos anos 1950 do século XX, quando o termo arqueologia industrial foi popularizado por Michel Rix, apesar de suas origens se apresentarem ao final do século XIX. Dentre os precursores se tem o português Francisco de Sousa Viterbo que publicou em 1896 o artigo “Arqueologia Industrial Portuguesa: Os Moinhos” e dos primeiros a utilizar a expressão “arqueologia industrial”, fazendo dela uma nova disciplina para pesquisadores e educadores em relação aos restos e remanescentes do passado das atividades industriais, memórias das pessoas, das técnicas e da tecnologia.

Antes dos anos 50 do século XX, as referências à expressão vinculavam-se à necessidade de identificação, preservação e conservação do patrimônio industrial britânico a partir das estruturas, artefatos e lugares que poderiam identificar o passado econômico e as atividades sociais a ele relacionadas (Minchinton, 1983, Palmer e Neaverson, 1998).

O termo foi aceito somente na década de 60 do século XX como área específica de estudos em que a preocupação central não se delimitava tão somente ao patrimônio material, mas às reminiscências das sociedades, a considerar os parâmetros sociais e culturais que definiam a sociedade industrial.

De fato, o interesse pelo estudo e salvaguarda do patrimônio industrial surgiu no Reino Unido durante a década de 50, coincidindo com aquilo que foi classificado como uma vaga de nostalgia pelas tradições industriais britânicas, agravada pelas destruições massivas provocadas pelos bombardeamentos durante a II Guerra Mundial, cujos alvos estratégicos eram muitas vezes as unidades industriais. Às destruições resultantes dos bombardeamentos seguiram-se as demolições de instalações industriais obsoletas, resultantes da reconversão industrial e urbanística, num fenômeno que se prolongou até os primeiros anos da década de 60. (Lopes Cordeiro, p. 155, 2011)

Convém, então, ressaltar que ao final dos anos 1960 se diferenciam os conceitos de arqueologia industrial e patrimônio industrial os quais estão apresentados, por exemplo, no primeiro livro e primeiro periódico publicados por Kenneth Hudson em

1963, nos quais ainda se cita a Mr. Donald Dudley, professor de latim da Universidade de Birmingham, que utilizava a expressão ‘arqueologia industrial’ em suas palestras (Hudson, 1965, 1979; Trinder, 1992).

Para Lopes Cordeiro (1986), essa diferenciação se acentua nos anos 1970 com o surgimento do conceito específico de patrimônio industrial o qual abarcava temas interdisciplinares, tais como, a arquitetura fabril, a documentação empresarial, os produtos industriais, a história oral, dentre outros. Essa pluralidade adquirida pelo conceito se faz paralela à própria compreensão do conceito de patrimônio cultural, que tem por especificidade, para o patrimônio industrial, a correlação entre os testemunhos patrimoniais às atividades industriais das sociedades desenvolvidas.

Entretanto, somente em 2003, através da Carta de Nizhny, o TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage) apresenta os conceitos de patrimônio industrial e arqueologia industrial os quais abarcavam o seguinte conteúdo:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refino, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A arqueologia industrial é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, os assentamentos humanos e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação e pesquisa mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial. (Carta de Nizhny Tagil, TICCIH, 2003).

O que se estabelece no documento, a Carta de Nizhny Tagil, é compatível com as ideias apresentadas por Hudson (1965) nas quais o conceito de patrimônio industrial ainda se encontra em construção, pois se baseia, principalmente, em possibilidades interdisciplinares que, muitas vezes, conduziram a polêmicas e debates. O desenvolvimento da disciplina pode ser considerado a partir da síntese de estudos e pesquisas que tem como ponto de partida os vestígios materiais e imateriais das organizações produtivas a partir de meados do século XVIII. Entretanto, para parte dos especialistas, principalmente arqueológicos e historiadores, deve-se considerar uma corrente que considera empreendimentos produtivos ou mesmo a fabricação de instrumentos, equipamentos e produtos desde o período anterior, mesmo o denominado de protoindustrialização.

Como análise cronológica da evolução do campo teórico e sua estruturação, desde suas primeiras manifestações formais à primeira década do século XXI tem-se a figura 2 a seguir que apresenta o reconhecimento de sua importância para o âmbito cultural, seja pela criação do Comitê Internacional para a Preservação do Patrimônio Industrial (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage

- TICCIH) e sua inserção como um comitê científico especialista na preservação do patrimônio industrial no ICOMOS (International Council on Monuments and Sites), órgão vinculado à UNESCO (United Nations Organization for Education, Science and Culture).

1896 ARTIGO "Arqueologia Industrial Portuguesa: Os Moinhos", de Francisco de Souza Viterbo, publicado em "O Arqueólogo Português", Vol. II, n.º 8-9.	1950's AULAS O termo "arqueologia industrial" meio acadêmico: Mr. Donald Dudley, director of the Extra-Mural Department of the University Birgminham.	1955 ARTIGO "The Amateur Historian", by Michael Rix, (teaching with the Workers Educational Association) at Birmingham University	1963 LIVRO "Industrial archaeology: an introduction". Author, Kenneth Hudson. Publisher, J. Baker, 1963. Original from, the University of Michigan.	1992 LIVRO "The blackwell encyclopaedia of industrial archaeology". Barrie Trinder, Londres, Blackwell,.	1998 LIVRO "Industrial archaeology: principles and practice". Marilyn Palmer; Peter Neaverson. Londres: Routledge.	
1968 International Committee for the History of Technology (ICOHTEC)	1973 Association for Industrial Archaeology (AIA) / I Conferência Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial	1978 The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH)	1997 Associação Portuguesa para a Patrimônio Industrial (APPI)	2003 Carta de Nizhny Tagil – Princípios do Patrimônio Industrial (TICCIH)	2004 Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial (TICCIH-Brasil)	2011 Principles de Dublin – Principles for the Conservation of Industrial Heritage Sites, Structures, Areas and Landscapes (ICOMOS/ TICCIH)
1971 Society for Industrial Archeology (SIA)						

Figura 1 – Cronologia – Arqueologia Industrial e Patrimônio Industrial

Fonte: Elaboração do autor, 2016.

Estes conceitos estão compartilhados por Castillo (1994) que apresenta a arqueologia industrial como estudos do passado das indústrias e dos diversos processos industriais a partir dos restos físicos da atividade produtiva com o objetivo de uma reconstrução deles. O registro destes processos permite definir as etapas de vida das empresas, segundo os vestígios estudados e as informações obtidas junto às fontes escritas, materiais e humanas que proporcionam uma reconstrução do processo industrial pré-existente.

Os movimentos de construção dos conceitos e o campo da arqueologia industrial encontram-se intimamente ligados aos processos de preservação e conservação, inventário, documentação, investigação e valorização do patrimônio industrial. Além destas maneiras, se tem o fomento ao ensino destes aspectos como um objetivo a despertar as pessoas as organizações para a importância e revalorização do patrimônio industrial, suas implicações nos processos de vida do homem e de sua importância para a construção do atual estado da sociedade (Dorel-Ferré, 1995; Bergeron e Dorel-Ferré, 1996).

A (re)construção da memória industrial, a partir de sua importância percebida por empresas, órgãos de governo e sociedade, permite trazer ao presente a história de organizações produtivas e seus processos. A descoberta das relações entre empresa

e sociedade permite o resgate de práticas do passado que compõem em parte a vida de diferentes gerações de pessoas e representam a vida social das comunidades integradas aos fatores de produção. Ao recordar os elementos sociais gerados pelas empresas, é possível (re)vivenciar experiências individuais e coletivas de grupos de populações industriais (Alfrey e Putnam, 1992).

Com isso, estas atividades passam a representar situações de trabalho e contextos socioeconômicos nos quais se desenvolveram as atividades organizacionais, sejam produtivas ou sociais, e permitem recuperar a memória histórica por meio da contextualização das práticas de gestão, os métodos de valorização e, mesmo, de exploração do trabalho. Seus tipos de desenvolvimento ou de expressão das atividades empresariais são extremamente variáveis e o equilíbrio entre empresa-sociedade se encontra em conformidade com as possibilidades, garantias e condições locais, principalmente, aqueles relacionados aos contextos sócio-políticos, econômicos e culturais.

Para Castillo et al (1999), o conhecimento inédito e sistemático da zona de estudo que possibilita o desenvolvimento da arqueologia industrial abre novas vias de pesquisa e oferece critérios e sugestões à hora de (re)construir atuações de recuperação e (re) utilização do patrimônio, não somente econômicas e industrial, como sócio-culturais. A importância da arqueologia industrial surge, assim, segundo um momento em que a sociedade pós-industrial, ou da informação, passa por mudanças que determinam novos paradigmas de estudo dominados pela automatização, pela importância central dada aos processos informacionais. Define uma nova era “neointustrial” na qual é necessário ter presente o passado mais próximo para compreender melhor o futuro e conformar com isso a imagem e a personalidade do lugar em que se vive (López García, 1992).

Essa diferenciação entre a sociedade industrial e a pós-industrial (ou neo-industrial ou da informação) está posta por um processo de mundialização das relações organizacionais em que há uma necessidade crescente de acesso à informação. A transformação do conhecimento em novas tecnologias – de gestão, de processo e de produtos e serviços – se adequa às demandas específicas de cada mercado, quer sejam locais, regionais ou globais e exige uma certa relação de sincronia entre empresas, mercado e sociedade cujas demandas e necessidades se complementam e se desenvolvem.

Entretanto, percebe-se que estas novas tecnologias não significam potencialmente revoluções produtivas e organizacionais a serem impostas ou implementadas, pois se atrelam a condicionantes organizacionais e mercadológicas internas e externas, que estão complementadas por restrições e determinações dos diferentes sistemas sócio-econômico-político-culturais em que se inserem. Dessa maneira, nesta sociedade complexa, em que se tem nichos de pré-industrialização, industrialização e desindustrialização, se inserem os conceitos de arqueologia industrial superam aqueles percebidos pela maioria das pessoas, de uma ciência que possui uma conceituação

caracterizada por uma metodologia específica, centrada nos problemas históricos ou sociedades industrializadas.

Para Gutiérrez Lloret (1995) não se pode constituir um conceito único para uma arqueologia genérica, e sim, deve-se desenvolver várias articulações que deem conta dos temas englobados pelo termo e que têm como propósito o desenvolvimento do próprio conceito. A arqueologia industrial encontra-se, então, imbricada ao desenvolvimento das sociedades capitalistas ou industriais em que constituem as atividades caracterizadoras de uma nova estrutura econômica das sociedades contemporâneas. Complementando, a perspectiva de conceitualização do campo de atuação da arqueologia industrial tem na análise de Santacreu Soler (1992) sua centralidade na ideia de uma construção fatorial dos conhecimentos aplicada aos fatores de produção em direção a uma orientação mais social. Ela se compõe de empresários e de funcionários protagonistas dos processos de produção ou de técnicos administrativos e de gestão.

Assim, o campo de atuação envolve uma gestão compartilhada e multifacetada, com diferentes profissionais que compreendam as múltiplas relações estabelecidas nos processos de estabelecimento de entornos industriais e sua (re)construção histórica, para além da utilização de métodos e técnicas de arqueologia aplicados aos vestígios materiais das sociedades industriais, ou de análises socioeconômicas. A instrumentalização do processo arqueológico e demais elementos deve comportar diferentes campos que incluem desde a construção da memória dos meios de produção (patrimônio imaterial) centrados no patrimônio industrial até as manifestações da cultura material (patrimônio material) das sociedades industriais (Gutiérrez Lloret, 1995).

Segundo López Garcia (1992), as transformações provocadas pela inserção de empresas e/ou indústrias em um dado momento da vida social de um determinado espaço ou lugar, além de suas características, tendem a transformá-las ou modificá-las de alguma forma. As mudanças estruturais das organizações são elementos de transformação de uma instalação industrial, seja a respeito da história do trabalho ou das técnicas adotadas em um certo espaço de tempo. O estudo dos impactos sociais da indústria em um determinado lugar pode ser determinante para a construção de uma história social que envolva desde a busca da harmonia até a da contradição quanto aos espaços pré-existentes.

A partir do delineamento do campo da arqueologia industrial entende-se que a sua construção e delimitação estão interligadas aos processos de promoção e conservação das mais diversas formas de inventariança e documentação. A existência de instrumentos documentais e registros das mais diversas formas de manifestação do patrimônio cultural, de maneira geral, permitem sua aplicação ao patrimônio industrial, de maneira particular. A manutenção e preservação da memória e da história se fazem por meio da conservação de registros escritos e iconográficos, imagens e símbolos que, se não existentes, reafirmam as possibilidades de desaparecimento do patrimônio e conseqüentemente da própria memória individual, institucional e social

(Oliveira, 2008).

Assim, podem-se diferenciar os conceitos de patrimônio industrial – mais concentrado nas atividades de conservação do patrimônio – e de arqueologia industrial que contém o primeiro e o utiliza como fonte de pesquisa e constructo para uma planificação, orientação, organização e salvaguarda dos conteúdos históricos das indústrias e demais organizações. O patrimônio industrial se refere de maneira mais direta à existência de um patrimônio técnico e arquitetônico, que busca sua conservação em um sentido mais amplo do termo. Este envolve princípios de proteção, reutilização, museística, etc. com vistas a uma orientação, planificação e organização da memória industrial a partir das atuações de órgãos gestores administrativos dos restos industriais ou de particulares responsáveis por ele (Santacreu Soler, 1992).

A arqueologia industrial, preliminarmente pode ser entendida a partir de uma perspectiva metodológica em que se tem como estratégia de investigação, a escavação arqueológica. Dessa maneira tem-se sua análise realizada a partir do contexto geral em que se encontram os conjuntos ou elementos patrimoniais e não uma visão particularizada e isolada de suas características sem a devida contextualização. A escavação arqueológica permite conhecer o contexto em que se encontra o objeto estudado e considera seus significados sob diferentes perspectivas, sejam elas locais, regionais ou globais. Permite ainda considerar diversos aspectos, desde aqueles considerados materiais, como tecnológicos e materiais, aos conteúdos imateriais presentes, segundo os significados humano, econômico e simbólicos existentes nos vestígios (Palmer, 1993).

Tem-se ainda, outras formas de reconhecimento da memória industrial, seja através, e a partir, do conceito de patrimônio ou segundo outras perspectivas de se percebê-lo. Uma perspectiva de análise envolve a interpretação dos processos e estrutura industriais, sejam eles internos ou externos à mesma, ou a proteção e uso dos “restos” do processo da industrialização. Uma das principais finalidades consiste em inventariar e analisar as estruturas e os arquivos oficiais das sociedades industriais.

A busca pelos vestígios industriais transpassa as análises de registro material, do trabalho e das relações sociais, pois envolve desde as matérias primas aos meios de produção e os meios de vida ou consumo. Busca-se um olhar histórico-cultural que envolva traços de uma estrutura administrativa, econômica e política e que contenha, também, uma dimensão humana do fenômeno global da industrialização (Burke, 2005; Candela Soto, 2000; Candela Soto et al, 2002).

Com isso, a arqueologia industrial incorpora uma transdisciplinaridade à estrutura e aos estudos das organizações (e particularmente às indústrias), pois incorpora a noção de patrimônio industrial como uma das formas de interpretação dos locais de trabalho em que se encontram imbricados de valores históricos, econômicos, sociológicos, empresariais, sociais etc. A conjugação das diversas campos do conhecimento propõe um repensar dos processos históricos da modernidade industrial e capitalista a partir da cultura material, da história do trabalho e das empresas, sob perspectivas integradas

à sociologia industrial, à geografia das ocupações, à construção social dos espaços de trabalho e de vida, à recuperação dos entornos produtivos, ao desenvolvimento local, à memória do trabalho, à conservação, ao turismo, à museística, dentre outros campos e aspectos interdisciplinares, conforme apresentado na figura 2 a seguir.

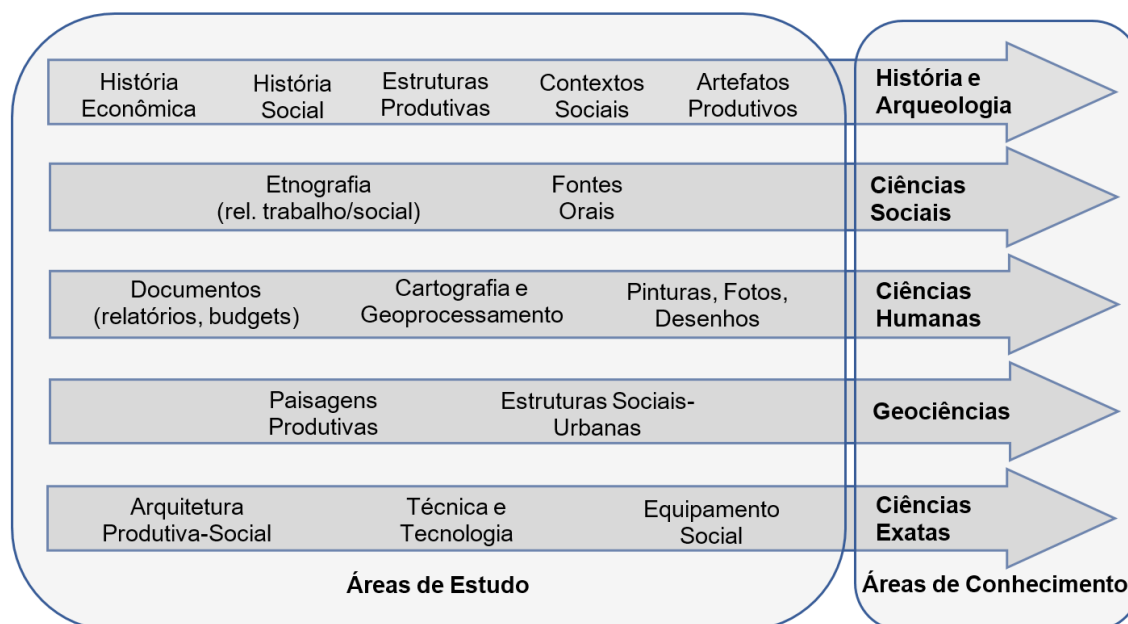


Figura 2 – Arqueologia Industrial – Áreas de Conhecimento e de Estudo

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

As preocupações históricas e sociais da arqueologia industrial apresentam confluências que direcionam para uma interdisciplinaridade entre as ciências humanas e sociais aplicadas. A inserção cultural e socioeconômica tem um particular significado a partir das interpretações das influências exercidas pelos atores sociais envolvidos, direta ou indiretamente nos processos industriais. Esta participação dos diversos atores organizacionais e sociais determina interpretações diferenciadas a partir das atividades por eles exercidas que os afeta e interfere nas decisões e resultados pessoais, organizacionais e sociais. Desde os processos de participação e internalização de propostas, àqueles definidos segundo as políticas empresariais e sociais de desenvolvimento há uma percepção, ou não, da invisibilidade dos processos de afetação das pessoas quanto ao entorno da empresa e da sociedade que a engloba.

Podem-se definir, assim, dois eixos motores para os estudos relativos ao patrimônio e à arqueologia industrial os quais buscam a reconstituição do contexto material da atividade produtiva e o desvelar dos laços existentes entre os atores sociais implicados neste contexto, com uma busca das imbricações obtidas entre a fusão dos problemas e questões empresariais e sociais (foco histórico- sociológico-cultural); e, a avaliação e análise das influências dos processos industriais dentro e fora das empresas segundo a organização do trabalho e suas implicações com o entorno empresarial e industrial (foco econômico-financeiro-mercadológico).

Estes conceitos e demais princípios apresentam-se relacionados àqueles

definidos para o patrimônio industrial que estão reafirmados na 17ª Assembleia Geral do ICOMOS em novembro de 2011. Estabelecem-se, assim, os Princípios de Dublin que definem parâmetros para documentar e compreender as estruturas de patrimônio industrial, bem como os sítios, áreas e paisagens industriais, incluindo-se seus valores diversos que estão presentes em suas mais diferentes formas de manifestação. (TICCIH. 2011).

Inclui-se ainda a proposição em assegurar proteção eficaz e preservação dos elementos de patrimônio industrial, sua conservação e manutenção, além de apresentar as dimensões e valores patrimoniais das estruturas industriais e seu entorno com o propósito de incentivar e fomentar a consciência pública e corporativa para apoio, formação profissional e pesquisa próprios à preservação do patrimônio industrial.

Para Alonso Ibañez (2002), a particularidade do patrimônio industrial, em alguns casos, requer uma preocupação que se expande para além das atividades econômicas e setoriais a ele específicas. Os elementos patrimoniais se encontram em um contexto mais amplo cuja imersão está definida por uma dimensão macro, em que se considera a paisagem cultural que define uma análise quanto as funções por ele exercida diante do contexto em que se encontra. A significância do patrimônio industrial se faz pela interação existente com o entorno em que se encontra e pela relação a partir do seu significado e da percepção e identificação dadas pelas componentes humanas e sociais em que se encontra integrado.

4 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Uma classificação restrita a edifícios ou aos aspectos arquitetônicos não permite abarcar as infinitas possibilidades de identificação do patrimônio industrial, uma vez que se pode considerar que todo o território de influência das organizações – sejam industriais, comerciais ou de serviços, sejam urbanas ou rurais – possui formas de expressão materiais e imateriais que remetem ao patrimônio industrial. Assim, deve-se considerar a expressão imaterial, como *savoir-faire*, e a evolução da técnica e da tecnologia que se baseiam em conhecimentos e se expressam de maneira não-material (Choay, 2001, 2011).

Há diferentes maneiras para se articular atores sociais e áreas do conhecimento que determinam infinitas possibilidades para reescrever um passado (e mesmo presente, muitas vezes recente, mas esquecido), além de definir novas maneiras de se enxergar fronteiras e articulações que identifiquem uma linguagem própria e uma identidade e memória sociais muitas vezes significativas cujas questões inquietam estudiosos e apaixonados pela memória industrial e cultural (Ferreira e Orrico, 2002).

Pode-se afirmar que o patrimônio industrial possui características peculiares que lhe garantem certa particularidade quando destacado em relação ao patrimônio cultural. A natureza e a escala diferenciadas determinam uma maneira única ao se

tratar sua definição e sua identificação e identidade.

As idéias propostas na Carta de Nizhny Tagil, apresentadas por Dorel-Ferré (1995), propõem estudos de arqueologia e patrimônio industrial como fonte de contribuição em que o papel do profissional de arqueologia encontra-se complementado ao daquele desenvolvidos por outras ciências humanas e sociais cuja análise dos pesquisadores permitem a observação de um contexto global de seu objeto de estudo. A característica da interdisciplinaridade da arqueologia industrial compreende uma variação da percepção do patrimônio arqueológico, sob a perspectiva da arqueologia industrial em que o desenvolvimento de um trabalho de reconhecimento e valorização como patrimônio cultural e industrial deve recorrer às técnicas de investigação e à curiosidade investigativa. Sua compreensão interdisciplinar reside na absorção de conhecimentos próprios de geógrafos, arquitetos, historiadores e demais profissionais que se utilizam da documentação, dos “vestígios materiais e imateriais” para a reconstrução/restauração/ reestruturação de processos que compõem não somente a história das organizações, mas da própria sociedade em que estão inseridas e buscam compreender as relações laborais e sociais dos processos industriais e seu entorno, para além das relações sociais nos lugares de trabalho.

Por fim, tem-se que os campos de pesquisa em arqueologia industrial e patrimônio industrial exigem uma análise interdisciplinar que venha abranger as diversas áreas de conhecimento, de maneira interdisciplinar e que determine diferentes possibilidades para interpretar o entorno industrial. Ao escolher uma ou mais das diferentes interpretações dos elementos patrimoniais em análise tem-se definidos os diversos campos de atuação para a arqueologia industrial a partir das realidades materiais e imateriais dos processos organizacionais com que pretende trabalhar. Especificamente, pode-se atuar nas relações existentes entre organização e indivíduo nas quais há reflexos na formação cultural e social das comunidades.

REFERÊNCIAS

ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALFREY, J.; PUTNAM, T. **Industrial heritage**: managing resources and uses. London: Routledge. 1992.

ALONSO IBAÑEZ, M.R. Aspectos normativos del patrimonio industrial. La Ley del Principado de Asturias 1/2001, de 6 de marzo de Patrimonio Cultural. In ÁLVAREZ ARECES, Miguel Ángel (coord.). **Patrimonio Industrial**: Lugares de la Memoria. Gijón: INCUNA, p. 109-128, 2002.

BELL, D.. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix. 1974.

BERGERON, L.; DOREL-FERRÉ, G. **Le patrimoine industriel**. Un nouveau territoire. Paris: Liris. 1996.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio imaterial**. Brasília: IPHAN.

s/d. Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CANDELA SOTO, P. Arqueología del trabajo en Madrid: la azucarera de Aranjuez, 1898-1950. **Historia Social**, nº 37, 2000. p. 27-52.

CANDELA SOTO, P.; CASTILLO, J.J.; LÓPEZ GARCÍA, M.. **Arqueología industrial y memoria del trabajo: el patrimonio industrial del sudeste madrileño, 1905-1950**. Aranjuez: Doce Calles, 2002.

CASTILLO, J.J. El taylorismo hoy: ¿Arqueología Industrial? In: _____. **El trabajo del sociólogo**. Madrid: Complutense, 1994, p. 59-76.

CASTILLO, J.J.; CANDELA SOTO, P.; LÓPEZ GARCIA, M. Arqueología industrial en Madrid: un programa de investigación en las Ciencias Sociales del trabajo. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, año 5, nº 9, p. 173-189, 1999.

CASTRIOTA, L.B. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHOAY, F. **O Patrimônio em questão**: Antologia para um combate. São Paulo: Fino Traço, 2011.

CHUVA, M.; NOGUEIRA, A.G.R. (orgs.). **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: MauadX, 2012.

DOREL-FERRÉ, G. Arqueología industrial, pasado y presente. Entrevista a Louis Bergeron, presidente del International Committee for Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH). **Revista de Historia Industrial**, nº 7, p.169-195, 1995.

FERREIRA, L.M.A.; ORRICO, E.G.D. Prefácio. In: _____. **Linguagem, identidade e memória social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 7-12.

FUNARI, P.P.A.; PELEGRINI, S.C.A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FUNARI, P.P.A. **Arqueologia e patrimônio**. Erechim: Habilis Editora, 2007.

GUTIÉRREZ LLORET, S. La arqueología después de la Edad Media: El registro arqueológico en la Historia Moderna y Contemporánea. In: JORNADAS DE ARQUEOLOGÍA VALENCIANA, 1994, L'Alfàs del Pi. **Actas...** Alicante, 1995.

HUDSON, K. **Industrial Archaeology**. London: Methuen; University Paperbacks, 1965.

LOPES CORDEIRO, J.M. Algumas Questões para a Salvaguarda do Patrimônio Industrial. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E ENERGIA, 1º., 1986, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1986.

LOPES CORDEIRO, J.M. Desindustrialização e Salvaguarda do Patrimônio Industrial: Problema ou Oportunidade? **Oculum Ensaios**, nº 13, jan/jun, 2011.

LÓPEZ GARCIA, M. El concepto de patrimonio: el patrimonio industrial o la memoria del hogar. In FERNANDEZ GARCIA, A.; ALVAREZ ARECES, M. A. (coords.) Arqueología Industrial. **Ábaco Revista de Cultura e Ciências Sociais**. Gijón: Nova Época, nº 1, p. 9-12, 1992.

MINCHINTON, W. World Industrial Archaeology: A Survey. IN: **World Archaeology**, vol. 15, nº 2, p. 125-136, 1983.

OLIVEIRA, M.M. de. **A documentação como ferramenta da preservação da memória**: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia. Programa Monumenta. Cadernos Técnicos nº 7. Brasília: IPHAN, 2008.

PALMER, M. A arqueologia industrial como arqueologia histórica. **Arqueologia Industrial**, 2ª série, I (1-2), p. 67-71, 1993.

PALMER, M.; NEAVERSON, P. **Industrial archaeology**: principles and practice. Londres: Routledge. 1998.

SANTACREU SOLER, J.M. Una visión global de la arqueología industrial en Europa. Casos concretos en regiones concretas. In FERNANDEZ GARCIA, A. e ALVAREZ ECES, M.A. (coords.) **Arqueología Industrial**. Ábaco Revista de Cultura e Ciencias Sociales. Gijón: Nova Época, nº 1,, p. 13-28, 1992.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. **Carta de Nizhny Tagil para o Património Industrial**, jul. 2003. Houghton: s/d. Disponível em: <<http://ticcih.org/about/charter/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. **Princípios de Dublin**, 17th. *ICOMOS General Assembly, 28 nov. 2011*. Disponível em: <<http://ticcih.org/about/about-ticcih/dublin-principles/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

TRINDER, B. **The Blackwell Encyclopaedia of industrial archaeology**. Londres: Blackwell, 1992.

VITERBO, F. de S. Arqueologia industrial portuguesa: os moinhos. In **O Arqueólogo Português**, vol. II, nº 8-9, p. 193-204, 1896.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-38-3

